

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.942 - SP (2019/0224377-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO : FELIPE GUSTAVO GALESCO - SP258471
AGRAVADO : ARGO SEGUROS BRASIL S.A
ADVOGADO : ADILSON NERI PEREIRA - SP244484
AGRAVADO : FAMA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS
ARARAQUARA LTDA
ADVOGADOS : RAFAEL JULIANO FERREIRA - SP240662
RODRIGO PALAIA CHAGAS PICCOLO - SP351669

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do agravo, Dr. Avalcir Aparecido Galesco, e do recurso especial, Dr. Felipe Gustavo Galesco.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício (fls. 199/200), ficou-se inerte (fl. 201). Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no

Superior Tribunal de Justiça

importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

